

Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e

José Mattoso

O NASCIMENTO DE UM PAÍS NOVO SUSCITA UM PROBLEMA ao mesmo tempo interessante e difícil, quando se trata de o estudar do ponto de vista da identidade nacional. Pergunta-se, então, se trata de um fenómeno natural ou artificial, isto é, se foi precedido por fenómenos colectivos que obrigam a distinguir o povo do território em causa dos de outros territórios, ou, pelo contrário, se é sobretudo o resultado de um conjunto de actos voluntários decididos por um grupo minoritário de indivíduos. Todavia, o problema não se pode resolver por meio desta alternativa elementar. Por um lado, é inevitável admitir que o fenómeno da identidade nacional tem sempre de se revelar de forma diferenciada: o fenómeno tem graus, o que quer dizer que não há apenas uma forma de identidade; esta pode ser mais clara ou mais obscura, sem por isso deixar de existir. Por outro lado, a proclamação da independência é ela própria um momento muito importante do processo de conscientização colectiva da identidade embora não seja suficiente para lhe garantir e as forças nem a sua clareza. Por outras palavras, a relação entre independência e identidade não é uma relação necessária; normalmente uma e outra completam-se, mas a sua inter-relação não é mecânica. Pode-se daí concluir que a solidez da independência deve ser reforçada por uma consciência tão clara quanto possível da identidade. Reciprocamente, o desejo de manter a independência deve suscitar uma expressão da identidade progressivamente mais participada a nível colectivo. De qualquer maneira, é necessário reconstituir o processo de interacção entre a consciência de identidade e o acesso à independência para poder compreender o fenómeno.

Até este momento, não existem estudos suficientemente sólidos para poder definir os caracteres da identidade nacional de Timor-Leste. Podem-se, quando muito, mencionar umas tantas pistas de investigação. Assim, entre os fenó-



Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

menos mais antigos, deve-se referir o agrupamento de pequenos reinos locais em dois conjuntos, o dos «Belos», a oriente da ilha, e o do «Servião», a ocidente. Os Portugueses chamavam aos dois chefes «imperadores», apesar de a autoridade que eles exerciam sobre os *liurais* ser apenas honorífica ou pouco mais do que isso. De qualquer modo, esta divisão do conjunto da ilha de Timor em duas regiões foi reforçada a partir do princípio do século XVIII pela submissão da parte ocidental aos Holandeses, e da parte oriental aos Portugueses. Pode-se, todavia, perguntar se os aspectos que opõem entre si as duas partes da ilha são mais fortes do que aqueles que as unem ou aproximam. Mencionando apenas dois destes aspectos, pode-se evocar, em primeiro lugar, a repartição geográfica da língua tétum, a língua mais difundida em Timor-Leste, uma vez que ela ultrapassa as fronteiras dos dois «impérios». Com efeito, esta língua não se fala apenas em Timor Lorosa'e, mas também numa boa parte da região ocidental, à volta de Atambua. Pode-se acrescentar que os costumes dos Atoni, uma etnia de Timor ocidental situada perto da fronteira actual, estudados por Nordholt, revelam mais afinidades com os costumes dos Timorenses de Bobonaro ou de Ermera, a oriente da mesma fronteira, do que com os Timorenses de Baucau ou de Lautem, no extremo ocidental. Não é, pois, de admirar que um certo número de Timorenses, dos dois lados da ilha, sonhe com uma independência que reunisse as duas partes da ilha numa só nação.

Esta hipótese, porém, está longe de se concretizar. Não admira. Com efeito, os factores mais decisivos para a eclosão de uma identidade nacional são as práticas administrativas e culturais adoptadas continuamente durante um período longo, associadas a circuitos económicos polarizados por cidades que exercem durante o mesmo período uma função directiva nos três domínios (administrativo, cultural e

económico). Quer dizer, no caso de Timor-Leste, a administração portuguesa, que efectivamente exerceu esse papel desde o princípio do século XVIII até 1975. Além disso, essa mesma administração exerceu o papel de coordenadora dos pequenos reinos de *liurais* e a função de arbitragem dos seus conflitos permanentes, até à sua pacificação praticamente completa a partir de 1912. É verdade que durante o período de 1942-1945, os Japoneses reavivaram em seu proveito as antigos conflitos entre etnias timorenses, com o objectivo de dirigir contra os *liurais* fiéis aos Portugueses (e que apoiavam também os Australianos), as *colunas negras*, inicialmente recrutadas em território holandês. Todavia, a vitória dos Aliados no fim da Guerra reforçou o prestígio dos Timorenses fiéis aos Portugueses e atribuiu pesadas responsabilidades àqueles que tinham colaborado com as atrocidades cometidas pelos Japoneses; por isso contribuiu para aprofundar a divisão entre o Timor português, favorável aos Australianos, e o Timor holandês, favorável aos Japoneses.

Assim, às razões por assim dizer «estruturais», que contribuíram para a manutenção dos laços de solidariedade criados pela colonização portuguesa, juntaram-se razões históricas, quer dizer, acontecimentos colectivos vividos em comum e que foram a base de uma memória comum. O que a memória colectiva reteve do tempo vivido sob a ocupação japonesa foram as atrocidades cometidas e a condenação daqueles que nelas colaboraram. Neste sentido, a consciência colectiva, que atribuiu aos Japoneses a qualificação de «estrangeiros», de «inimigos», de «outros», favoreceu, de certo modo, o nascimento da noção de «Timorenses» como «nós mesmos». No fim da guerra, esta noção ficou associada à ideia de fidelidade aos Portugueses, mas com o tempo acabou por se tornar uma espécie de consciência pré-nacional. A memória colectiva que, como se sabe, é uma componente

tão importante da noção de identidade nacional, foi decisivamente reforçada pelos acontecimentos vividos em Timor-Leste durante os anos de 1974-1999. Esta noção germinou, e depois tornou-se consciente no seio de uma minoria culta e politizada, desde o momento em que esta se deu conta do papel que necessariamente tinha de desempenhar a partir do momento em que os antigos colonizadores ofereceram a Timor a possibilidade de obterem a independência. Foi depois vivida com um enorme entusiasmo pela população urbana, e este entusiasmo ficou muito vivo na memória de quem participou em tais acontecimentos. Não menos viva é a lembrança da frustração causada nos mesmos protagonistas pelo facto de esse entusiasmo ter rapidamente dado lugar aos violentos conflitos que eclodiram entre os partidos

políticos, conflitos esses que serviram de pretexto para a invasão e ocupação do país pela Indonésia em 1975.

Os acontecimentos seguintes foram ainda mais decisivos para a formação da memória colectiva. Todo o povo timorense viveu na sua carne a brutalidade de uma das mais cruéis ocupações militares de um território por um país estrangeiro: os actos de genocídio, o período de resistência activa e passiva durante vários anos de um pequeno território que o exército indonésio não conseguia ocupar efectivamente, depois a submissão exterior a um inimigo infinitamente mais poderoso e a seguir a longa resistência passiva de um povo que nunca perdeu o sentido da sua dignidade e que sempre apoiou secretamente os guerrilheiros que, nas montanhas, continuavam a sustentar a luta



armada e que era encorajada pelos exilados que no estrangeiro chamavam a atenção do mundo para a violação dos direitos humanos na sua terra natal. Junte-se a isto, para completar a enumeração dos elementos que conformaram a memória colectiva, a lembrança e o respeito sagrado pelas centenas de milhares de mortos ou assassinados pelos «estrangeiros», quer dizer, por aqueles que não foram nunca reconhecidos como tendo o direito de administrar o território.

Não admira que as palavras de ordem dos guerrilheiros, com «independência ou morte» ressoassem aos ouvidos da maioria dos Timorenses como a expressão de uma vontade que não era apenas deles, mas de todo o povo.

Assim, o uso da força bruta pelo invasor contribuiu para dar um sentido colectivo à resistência. A adesão da minoria que voluntariamente colaborou com a Indonésia, e, no último período, a actuação das «milícias» que aceitaram cometer violências e atrocidades para com os seus próprios «compatriotas», são factos que, sem dúvida, têm alguma coisa que ver com as velhas tradições de lutas entre os reinos dos *liurais*. Mas as divisões nascidas do apoio concedido aos Indonésios provavelmente não coincidem com as antigas divisões entre os «reinos»; parecem atravessar os agrupamentos humanos em função de uma lógica diferente (difícil de reconstituir com os dados de que dispomos). Por outro lado, parece que a memória do *funu* (guerra) que opunha os «reinos» entre si, as divisões entre partidos políticos, responsáveis por não poucas violências cometidas em 1975, e os crimes cometidos em nome dos partidários da independência por oposição aos partidários da autonomia (sem independência), criaram na consciência colectiva o sentimento de uma espécie de «pecado original» que os responsáveis pela independência procuram apagar a todo o custo. Aparentemente, os responsáveis políticos reconhecem que a capacidade para

ultrapassar as divisões internas são um factor da maior importância para que a comunidade internacional reconheça a legitimidade da independência timorense. De qualquer maneira, as divisões internas apresentam uma dupla face: por um lado, constituem uma efectiva ameaça à independência; mas, por outro lado, constituem também um elemento essencial da memória colectiva e, por isso mesmo, reforçam o sentimento de que para combater esse risco é necessário estreitar os laços comuns e aprofundar a noção de identidade nacional.

Estes factos parecem confirmar a força dos factores que mais contribuem para a constituição da identidade de Timor-Leste. Para além deles, poder-se-iam também mencionar outros que se poderiam classificar como resultantes de um certo comportamento comum.

No estado actual da investigação etnológica e sociológica, não é possível fazer afirmações muito seguras. Gostaria, em todo o caso, de perguntar aos especialistas se se poderão considerar como tais alguns dados que me parecem significativos. Estes parecem-me, com efeito, ser específicos da realidade timorense como tal, e não apenas como consequências da preservação até um período recente, de estruturas sociais que se podem classificar como «tradicionais», para não dizer «primitivas». Quero-me referir, em particular, aos vestígios de uma estrutura de parentesco muito forte (que se manifesta, por exemplo, no peso que tem a decisão dos parentes – não apenas dos pais – quando algum membro da família quer abraçar a vocação religiosa ou quer escolher o cônjuge) e também às numerosas e variadas manifestações do culto dos mortos. As estruturas tradicionais marcam, evidentemente, a mentalidade dos Timorenses, e é preciso, portanto, tê-las em conta, mas a verdade é que podem ser semelhantes, em termos gerais, às que vigoram também noutras sociedades diferentes igualmente apegadas a costumes



Grupo de percussionistas de Suai.
Fotografia de Ruy Cinatti.

«tradicionais». Este tipo de indícios do comportamento colectivo terá de ser estudado cuidadosamente, mas não dispomos de muitas bases seguras para o fazer, por falta de estudos sociológicos e etnológicos recentes.

Excluindo, portanto, dados de tal género, podemos, apesar de tudo, mencionar outros fenómenos sociais peculiares de Timor (que não sabemos até que ponto se verificarão igualmente em Timor ocidental). Quero-me referir a uma sociedade que tomou como modelo a nobreza tradicional autóctone, isto é, uma nobreza dividida em três níveis, a saber o dos *liurais*, o dos *datos* e o dos *tumungos* (L. F. Thomaz, 2001). A preservação deste nobreza e dos seus privilégios até uma época recente, com o apoio da administração portuguesa que se aproveitava dela como estratégia de dominação de tipo paternalista, verifica-se por meio de dados históricos, de episódios ainda gravados na

memória de muita gente e de factos tais como o laço que ainda hoje une as «famílias largas» mais conhecidas no território e a identificação bem conhecida dos seus locais de origem: toda a gente sabe de onde procedem os Guterres, os Gusmãos, os Costas ou qualquer outra linhagem mais ou menos notória (M. J. Carvalho: 2002). Ora esta repartição social deu origem a hábitos próprios dos nobres, aceites e reforçados pela administração portuguesa e eles próprios influenciados por costumes portugueses. O conjunto destes factos sociais determinou, provavelmente, a difusão dos usos e costumes das camadas mais altas em todo o tecido social, e, por isso mesmo, a formação de comportamentos colectivos valorizados por toda a gente.

Um dos indícios deste fenómeno, com manifestações muito variadas, parece-me ser testemunhado pelo uso, muito difundido e típico do tétum praça, de formas de tratamento muito peculiares. Trata-se do título *maun/mana* atribuído pelos irmãos mais novos aos irmãos e irmãs mais velhos, e, por extensão, atribuído também a pessoas do mesmo nível, mas às quais se deve um respeito afectuoso: por exemplo *maun Xanana*. Na mesma linha de significado pode-se mencionar também o título *tio/tia* atribuído a pessoas da geração anterior e ainda o título *avô/avó* atribuído a pessoas mais velhas. Estas formas de tratamento são, obviamente, de origem portuguesa, mas na língua de origem designam indivíduos ligados por laços de verdadeira consanguinidade. Ora, como testemunha esta forma de tratamento, os Timorenses inspiram-se neste modelo familiar para aplicar os mesmos títulos a relações sociais mais largas, quando elas são marcadas simultaneamente pela proximidade afectuosa e pelo respeito.

Pode-se verificar um fenómeno análogo no caso do uso do título *amo*, que se emprega quando alguém se quer dirigir a um padre ou a um bispo. Com efeito, em português antigo e em



Pormenor de pano *tais*.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

português da época renascentista, aquele título designava o senhor dos escravos e dos criados que viviam sob o mesmo tecto; todavia a palavra exprime também uma conotação familiar peculiar das pessoas ligadas entre si pelos mesmos sentimentos de respeito e de afecto (M. J. Albarán Carvalho: 2001).

Esta manifestação da mentalidade, que creio se pode considerar típica da identidade timorense, baseia-se na importância atribuída aos dois valores sociais mencionados – o respeito e o afecto – e na estreita relação que os une. Esta valorização podia beneficiar os próprios colonizadores quando eles conseguiam captar a confiança dos Timorenses. Resta dizer que esse tipo de valores deve ter encontrado um certo estímulo na atitude frequentemente paternalista habitual entre os Portugueses, e por eles difundida nas suas várias colónias.

O valor atribuído ao respeito e à amizade (e também, acrescente-se, o valor atribuído à honra, de que aqui não falamos) é o reverso da facilidade com que os Timorenses desencadeiam a violência física, outro aspecto de um comportamento generalizado entre eles. Trata-se, provavelmente, de uma consequência dos hábitos ligados ao *funu* (guerra) entre os *sucos* e entre os «reinos», mesmo entre aqueles que pertenciam à mesma etnia. Estes conflitos armados permaneceram, como vimos, pelo menos até 1912. É preciso ter em conta que as lutas entre Timorenses foram atizadas ou aproveitadas pelos Portugueses como uma estratégia de dominação, por meio do apoio nos «reinos» aliados e o aproveitamento das suas forças para a repressão dos «reinos» insubmissos. Como se sabe, a mesma estratégia foi utilizada também pelos Holandeses nas suas colónias, e em Timor mesmo pelos Japoneses durante a

Segunda Guerra Mundial e, mais perto de nós, pelos Indonésios durante o período de anexação. Ora, a agressividade mantém-se viva neste país já quase independente, como se verifica nas rivalidades, por vezes sangrentas, entre Timorenses de *Loro mono* (distritos ocidentais) e Timorenses de *Lorosa'e* (distritos orientais), e nos combates entre grupos de jovens que cultivam as artes marciais. Como é evidente, este espírito propenso à agressividade constitui um efectivo obstáculo à estabilidade social.

Eis, portanto, algumas reflexões, obviamente muito incompletas e provisórias, acerca da nova nação de Timor Lorosa'e, que obterá a sua independência efectiva no dia 20 de Maio de 2002. Esperamos que estes breves apontamentos possam em breve ser completados por estudos mais aprofundados sobre o comportamento social dos Timorenses e que eles possam servir

de apoio a uma consciência colectiva cada vez mais clara dos seus valores comuns.

Bibliografia

- M. J. Albarran CARVALHO (2001), «Aspectos Lexicais do Português Usado em Timor-Leste» *Journal...* University of Western Sydney (em vias de publicação).
- M. J. Albarran CARVALHO, «Notas sobre o Português no Mundo e o Caso Timorense», comunicação na abertura da exposição *Tempo da Língua* na Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2001.
- M. J. Albarran CARVALHO (2002), «Timor Lorosa'e e Direcções Desviantes do Português Conservado / Incompletamente Adquirido na Zona...». *Journal... University of Western Sydney* (em vias de publicação).
- H. G. Schulte NORDHOLT, *The Political System of the Atoni of Timor*, Haia, M. Nijhoff, 1971.
- M. J. SCHOUTEN, «Quelques Communautés intermédiaires en Insulinde Orientale», *Actas II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – séculos XV a XVIII – Passar as Fronteiras – 1997*, Faro, 1998.
- Luís Filipe THOMAZ, «Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português», *Oriente*, n.º 1, 2001, pp. 39-52.

